

Abordagem epistemológica da Etnofarmácia como tecnologia social no contexto do Diálogo de Saberes

Enfoque epistemológico de la Etnofarmacia como tecnología social en el contexto del Diálogo de Saberes

Epistemological approach to Ethnopharmacy as a social technology in the context of Knowledges Dialogue

Ailton Castro Pinheiro¹
Marcos Valério Santos Silva²
Wellington Barros da Silva³
Wagner Luiz Ramos Barbosa⁴

RESUMEN

Esta obra apresenta uma reflexão epistemológica sobre a Etnofarmácia como tecnologia social e como campo capaz de promover o Diálogo de Saberes entre o conhecimento científico e o conhecimento local, bem como as práticas populares de atenção à saúde e a tecnologia de processos. Parte-se da crítica ao modelo hegemônico de ciência, marcado pelo positivismo, pela hierarquização do conhecimento e pela tendência de considerar válido apenas o conhecimento produzido segundo os critérios da racionalidade acadêmica ocidental. Em contrapartida, o estudo mobiliza a Ecologia de Saberes, de Boaventura de Sousa Santos, para compreender a Etnofarmácia como uma prática interdisciplinar que articula a Ciência Farmacêutica, as Ciências Sociais Aplicadas e as Humanidades a partir do saber-fazer das comunidades locais. A análise destaca o caso do Grupo Erva Vida, formado por pescadoras-herboristas de Marudá, no município de Marapanim (Pará), cuja prática de fitoterapia popular revela o poder social, cultural, econômico e político do conhecimento transmitido oralmente. Conclui-se que a Etnofarmácia, ao reconhecer, sistematizar e reaplicar o conhecimento popular sobre plantas medicinais em benefício das próprias comunidades, constitui um caminho concreto para uma ciência socialmente comprometida, capaz de contribuir para a emancipação social, a preservação ambiental, a valorização cultural e o fortalecimento da atenção básica à saúde.

Palavras-chave: Plantas Medicinais, Fitoterapia Popular, Etnofarmácia, Diálogo de Saberes, Tecnologia Social.

RESUMEN (ESPAÑOL)

Este artículo presenta una reflexión epistemológica sobre la Etnofarmacia como tecnología social y como campo capaz de promover el Diálogo de Saberes entre el conocimiento científico, los saberes locales, las prácticas populares de cuidado de la salud y las tecnologías de proceso. Parte de una crítica al modelo hegemónico de ciencia, marcado por el positivismo, la jerarquización de los saberes y la tendencia

1 Instituto Federal de Educação Tecnológica do Pará, Belém, Brasil.

2 Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil.

3 Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, Brasil

4 Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil. Correspondencia a: barbosa@ufpa.br,
ORCID: 0000-0002-2421-8245.

a considerar válido únicamente el conocimiento producido según los criterios de la racionalidad académica occidental. En contrapunto, el estudio moviliza la Ecología de Saberes, de Boaventura de Sousa Santos, para comprender la Etnofarmacia como una práctica interdisciplinaria que articula la Ciencia Farmacéutica, las Ciencias Sociales Aplicadas y las Humanidades a partir del saber hacer de las comunidades locales. El análisis destaca el caso del Grupo Erva Vida, formado por mujeres pescadoras-herbolarias de Marudá, en el municipio de Marapanim, Pará, cuya práctica de fitoterapia popular revela la potencia social, cultural, económica y política del conocimiento transmitido oralmente. Se concluye que la Etnofarmacia, al reconocer, sistematizar y reaplicar el conocimiento popular sobre plantas medicinales en beneficio de las propias comunidades, constituye un camino concreto hacia una ciencia socialmente comprometida, capaz de contribuir a la emancipación social, la preservación ambiental, la valorización cultural y el fortalecimiento de la atención primaria de salud.

Palabras clave: Plantas Medicinales, Fitoterapia Popular, Etnofarmacia, Diálogo de Saberes, Tecnología Social.

ABSTRACT

This work presents an epistemological reflection on Ethnopharmacy as a social technology and as a field capable of promoting the Dialogue of Knowledge between scientific knowledge and local knowledge, and popular practices of health care and process technology. It starts with the criticism of the hegemonic model of science, marked by positivism, the hierarchization of knowledge and the tendency to consider as valid only the knowledge produced according to the criteria of Western academic rationality. In contrast, the study mobilizes the Ecology of Knowledge, by Boaventura de Sousa Santos, to understand Ethnopharmacy as an interdisciplinary practice that articulates Pharmaceutical Science, Applied Social Sciences and Humanities from the know-how of local communities. The analysis highlights the case of the Erva Vida Group, formed by women fishermen-herbalists from Marudá, in the municipality of Marapanim, Pará, whose practice of popular phytotherapy reveals the social, cultural, economic and political power of the knowledge transmitted orally. It is concluded that Ethnopharmacy, by recognizing, systematizing and reapplying popular knowledge about medicinal plants for the benefit of the communities themselves, constitutes a

concrete path to a socially committed science, capable of contributing to social emancipation, environmental preservation, cultural appreciation and the strengthening of basic health care.

Keywords: Medicinal Plants, Popular Phytotherapy, Ethnopharmacy, Dialogue of Knowledge, Social Technology.

INTRODUÇÃO

A fitoterapia popular constitui uma das formas mais antigas de cuidado em saúde entre as sociedades humanas. Antes de sua sistematização pelos campos científicos modernos, o uso de plantas medicinais já integrava práticas cotidianas de prevenção, tratamento e cura, transmitidas por meio da oralidade, da observação e da experiência acumulada entre gerações. Em muitas comunidades tradicionais e populares, tais práticas não representam apenas recursos terapêuticos, mas também modos de relação com a natureza, formas de organização social, expressões culturais e alternativas econômicas.

Este trabalho propõe uma reflexão sobre a Etnofarmácia como campo de estudo e ação situado entre as ciências sociais e a ciência farmacêutica. Ao tomar como referência a Ecologia de Saberes, considera-se que a produção do conhecimento não deve estar limitada à ciência hegemônica, mas deve reconhecer a legitimidade de saberes construídos em contextos sociais, culturais e territoriais diversos. Nessa perspectiva, a Etnofarmácia apresenta-se como Tecnologia Social por articular saberes acadêmicos e locais, transformando-os em produtos, processos e práticas capazes de retornar à comunidade sob a forma de benefícios sociais, econômicos e sanitários.

A questão central consiste em compreender de que modo a Etnofarmácia pode contribuir para a construção de uma ciência integradora, socialmente comprometida e sensível às experiências locais. Para isso, discute-se inicialmente a distinção entre Etnofarmacologia e Etnofarmácia; em seguida, apresentam-se elementos da crítica epistemológica ao paradigma positivista e à monocultura do saber; por fim, analisa-se a experiência do Grupo Erva Vida, de Marudá-Sossego, como exemplo de Diálogo de Saberes e de emergência de uma prática social emancipatória.

Etnofarmácia e Tecnologia Social

A Etnofarmácia surge do reconhecimento de que os conhecimentos populares sobre plantas medicinais podem orientar investigações científicas relevantes. A Etnofarmacologia dedica-se, sobretudo,

ao estudo experimental de preparações vegetais utilizadas por determinadas populações, aplicando modelos experimentais para suas investigações. A Etnofarmácia, portanto, propõe um método científico que reconhece a existência de saberes locais e os utiliza como base para elaborar as etapas experimentais da pesquisa visando padronizar extratos, verificar efeitos terapêuticos e possíveis aplicações terapêuticas.

Embora esse reconhecimento represente um avanço, a Etnofarmácia amplia o alcance da discussão. Esse campo não se restringe à apropriação da informação popular para fins experimentais, pois busca compreender todo o processo social que envolve o uso de plantas medicinais: a coleta, o preparo, os rituais, as narrativas, os modos de transmissão do saber, as concepções de saúde e doença, as formas de organização comunitária e as possibilidades de retorno social. Desse modo, a Etnofarmácia configura-se como campo interdisciplinar que reúne Ciência Farmacêutica, as Ciências Sociais Aplicadas e as Humanas.

A principal diferença entre os dois campos reside no compromisso social. Enquanto a Etnofarmacologia busca validar o saber local, a Etnofarmácia busca reaplicar esse conhecimento em benefício das comunidades que o produziram. Por essa razão, pode ser compreendida como tecnologia social: uma prática que associa conhecimento técnico-científico e saber local para enfrentar problemas concretos, como acesso a cuidados de saúde, geração de ocupação remunerada, preservação dos recursos naturais e valorização cultural.

A fitoterapia popular não pode ser reduzida a um conjunto de receitas isoladas. Ela envolve uma visão de mundo na qual a saúde é entendida como equilíbrio entre corpo, comunidade e natureza. As narrativas fitoterápicas expressam essa visão e revelam modos próprios de classificar sintomas, reconhecer plantas, definir formas de preparo e estabelecer regras de uso. Ao estudá-las, a Etnofarmácia torna visível um conhecimento sistemático, construído pela experiência e frequentemente invisibilizado pela ciência dominante.

Referencial epistemológico: Ecologia de Saberes

A ciência moderna consolidou-se historicamente a partir de uma racionalidade positivista que valorizou a objetividade, a neutralidade, a especialização e a universalização de um único modelo de conhecimento. Esse paradigma produziu importantes avanços, mas também contribuiu para desqualificar saberes oriundos de comunidades

loais, povos tradicionais e práticas populares. Ao afirmar a ciência hegemônica como única forma válida de conhecer, criou-se uma hierarquia entre os saberes e uma tendência ao desperdício de experiências sociais.

Boaventura de Sousa Santos denomina esse processo de produção ativa de ausências. Certas experiências existem, mas são tratadas como inexistentes por não se enquadrarem nos critérios da racionalidade dominante. A monocultura do saber e do rigor elimina práticas baseadas em conhecimentos não científicos; a monocultura do tempo linear classifica sociedades e culturas segundo uma ideia única de progresso; a monocultura da escala dominante desvaloriza experiências locais; e a monocultura do produtivismo capitalista considera improdutivo tudo aquilo que não se submete à lógica econômica dominante.

A Ecologia de Saberes surge como contraponto a essas monoculturas. Ela propõe que nenhum conhecimento é completo em si mesmo e que, por isso, todos os saberes podem dialogar a partir de suas incompletudes. Não se trata de negar a ciência, mas de utilizá-la de forma contra-hegemônica, como parte de uma ecologia mais ampla de conhecimentos. Essa perspectiva exige tradução intercultural, reconhecimento das diferenças e abertura para experiências que foram historicamente marginalizadas.

Nessa direção, a Etnofarmácia pode ser compreendida como exercício prático da Ecologia de Saberes, pois coloca em relação a ciência farmacêutica, os métodos antropológicos e os saberes populares sobre plantas medicinais. Ao reconhecer que comunidades tradicionais possuem sistemas próprios de experimentação, classificação e transmissão de conhecimento, a Etnofarmácia contribui para superar a ideia de que apenas a universidade produz saber válido. A universidade permanece importante, mas passa a atuar em diálogo com a sociedade, assumindo compromisso com problemas concretos e com formas plurais de conhecimento.

A crítica epistemológica aqui apresentada também se aproxima do pensamento complexo de Edgar Morin, para quem o conhecimento não deve isolar os fenômenos de seus contextos. A saúde, a doença, o uso de plantas, a economia familiar, a preservação ambiental e as relações de gênero não podem ser compreendidas separadamente. A prática etnofarmacêutica evidencia essa complexidade ao mostrar que uma planta medicinal é, ao mesmo tempo, recurso terapêutico, patrimônio cultural, elemento ambiental, objeto de pesquisa científica e possibilidade de organização social.

Experiência etnofarmacêutica do Grupo Erva Vida

O Grupo Erva Vida teve início em 05/09/1995, no bairro do Sossego, em Marudá, distrito do município de Marapanim, no Pará. Formado por mulheres que se reconhecem como pescadoras-erveiras, o grupo nasceu em um contexto de dificuldades socioeconômicas associadas à redução do ganho através do pescado, precarizando a renda familiar, gerando a necessidade de criar alternativas de trabalho remunerado. A partir de discussões sobre saúde feminina, no âmbito do grupo, emergiu a percepção de que aquelas mulheres possuíam amplo conhecimento sobre plantas medicinais, transmitido por suas mães, avós e pela experiência cotidiana com o território.

O processo de organização do grupo permitiu a produção de xaropes, tinturas, pomadas, garrafadas, óleos, sabonetes e outros remédios artesanais, além de artesanato. Com o tempo, a atividade passou a gerar renda, fortalecer a autoestima das participantes e ampliar sua autonomia social. A fitoterapia popular tornou-se, assim, não apenas uma prática de cuidado, mas também uma estratégia de valorização do saber feminino, de enfrentamento das desigualdades de gênero e de preservação da memória cultural local.

A experiência do Erva Vida revela que o saber popular sobre plantas medicinais possui método, sistematicidade e critérios próprios. As integrantes do grupo conhecem épocas de coleta, partes utilizadas, modos de preparo, alegações, formas e cuidados de uso, e as relações entre planta, ambiente e corpo. Esse conhecimento não foi produzido em laboratórios, mas resulta de observação, prática, transmissão oral e interação prolongada com a natureza. A Etnofarmácia permite que tal saber seja registrado, interpretado e aperfeiçoado sem ser desqualificado ou apropriado de forma unilateral.

A atuação de pesquisadores do Laboratório de Etnofarmácia do Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará demonstra a possibilidade de uma relação mais democrática entre universidade e comunidade. As contribuições acadêmicas incluem pesquisas farmacêuticas, orientação sobre uso seguro das plantas, aprimoramento de fórmulas, planejamento produtivo, implantação e gestão do horto, reflexão sobre relações de gênero e apoio à organização comunitária. Simultaneamente, a universidade incorpora saberes locais à produção científica e reformula seus próprios métodos de investigação e intervenção social.

O caso Erva Vida exemplifica a passagem da Sociologia das Ausências para a Sociologia das Emergências. Um saber antes invisibilizado pela monocultura científica torna-se presença reconhecida; uma prática vista como marginal passa a ser considerada experiência possível de desenvolvimento local; uma atividade comunitária transforma-se em alternativa de saúde, renda e preservação cultural. A Etnofarmácia atua, nesse sentido, propiciando o reconhecimento do saber e sua reaplicação social.

Fitoterapia popular, políticas públicas e emancipação social

A valorização da fitoterapia popular também se relaciona às políticas públicas de saúde. Desde as discussões internacionais sobre atenção primária, especialmente após a Conferência da Organização Mundial da Saúde em Alma-Ata, 1978, organismos e governos passaram a reconhecer a importância das práticas tradicionais e do uso de plantas medicinais. No Brasil, documentos e políticas do Sistema Único de Saúde apontam para a incorporação da fitoterapia, da homeopatia, da acupuntura e de outras práticas integrativas, desde que articuladas a critérios de segurança, eficácia, qualidade e participação social.

Nessa perspectiva, a Etnofarmácia pode contribuir para a organização de serviços locais de saúde, especialmente em regiões onde a população já utiliza plantas medicinais de forma cotidiana. Ao promover orientação farmacêutica, fitofarmacovigilância, acompanhamento do uso e sistematização das práticas populares, contribui para tornar a fitoterapia mais segura e adequada às necessidades da comunidade. O conhecimento popular deixa de ser tratado como obstáculo e passa a constituir ponto de partida para políticas públicas culturalmente contextualizadas.

O Grupo Erva Vida evidencia que a fitoterapia popular pode articular saúde, trabalho, economia solidária, gênero e meio ambiente. Suas práticas demonstram que o conhecimento sobre plantas medicinais pode gerar renda, fortalecer a autonomia das mulheres, contribuir para o cuidado comunitário e estimular a preservação da biodiversidade. Com isso, a Etnofarmácia aproxima-se de uma concepção de desenvolvimento que não se limita ao crescimento econômico, mas inclui qualidade de vida, reconhecimento cultural, justiça social e sustentabilidade.

A emancipação social, nesse contexto, ocorre quando os sujeitos deixam de ser vistos apenas como fornecedores de informações para a ciência

e passam a ser reconhecidos como protagonistas na produção, gestão e reaplicação do conhecimento. A Etnofarmácia propõe exatamente essa inversão: o saber popular não deve ser extraído e convertido em mercadoria inacessível à própria comunidade que o produziu, mas sim processado de modo solidário, retornando sob a forma de orientação, produtos, serviços, reconhecimento e fortalecimento social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão desenvolvida permite afirmar que a Etnofarmácia se apresenta como campo privilegiado para pensar novas formas de produção do conhecimento. Por ser uma tecnologia social, não se limita à investigação científica das plantas medicinais, mas articula saberes, sujeitos, territórios e práticas sociais em torno de problemas concretos. Seu valor reside no reconhecimento de que a ciência pode dialogar com os saberes populares sem hierarquizá-los, construindo soluções capazes de retornar às comunidades e contribuir para a melhoria das condições de vida.

A experiência do Grupo Erva Vida demonstra que o conhecimento das mulheres pescadoras-erveiras de Marudá não pode ser compreendido como simples credence ou senso comum. Trata-se de um saber sistematizado pela prática, pela memória coletiva e pela relação cotidiana com a natureza. Quando esse saber encontra apoio técnico-científico respeitoso, abrem-se possibilidades de geração de renda, cuidado em saúde, fortalecimento da autoestima, preservação cultural e participação social. A universidade, nesse processo, não perde sua função; ao contrário, reafirma sua responsabilidade pública.

Conclui-se que a Ecologia de Saberes oferece uma base crítica para repensar a relação entre ciência e sociedade. Ao combater o desperdício de experiências e valorizar conhecimentos historicamente marginalizados, ela abre caminho para uma ciência emancipatória. A Etnofarmácia, enquanto prática interdisciplinar e Tecnologia Social,

concretiza esse horizonte ao aproximar conhecimento acadêmico, fitoterapia popular, políticas públicas e necessidades comunitárias. Assim, mais do que um campo de pesquisa, ela constitui uma possibilidade de reconstrução ética, política e epistemológica da produção do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- Almeida, Maria Conceição. *Complexidade, saberes científicos, saberes da tradição*. São Paulo: Livraria da Física, 2010.
- Pinto, Lucianna do Nascimento; BARBOSA, Wagner Luiz Ramos. *Etnofarmácia: Fitoterapia Popular e Ciência Farmacêutica*. Curitiba: CRV, 2012.
- Baumgarten, Máira. *Tecnologias sociais e inovação social*. Porto Alegre, 2006.
- Elisabetsky, Elaine. Etnofarmacologia de algumas tribos brasileiras. In: *Suma Etnológica Brasileira*. Belém: EDUFPA, 1997.
- Monteiro, Maurícia Melo; BARBOSA, Wagner Luiz Ramos. *Papel das plantas medicinais na questão de gênero dentre as mulheres pescadoras-erveiras do Espaço Erva Vida Sossego/Marudá/Marapanim*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, 2010.
- Morin, Edgar. *Saberes Locais e Saberes Globais: o olhar transdisciplinar*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- Santos, Boaventura de Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- Silva, Márcia Regina Farias. *Ciência, natureza e sociedade: diálogo entre saberes*. São Paulo: Livraria da Física.

Financiamento: Este trabalho não recebeu financiamento específico.

Conflitos de interesse: Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

Correspondência: Wagner Luiz Ramos Barbosa.